

CASO CIMI

190
Relatório conclui não terem fundamento denúncias de jornal

O senador Ronan Tito (PMDB-Minas), relator da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito (CMPI) destinada a apurar as denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), divulgou ontem seu relatório. Ele afirma que "os documentos apresentados como básicos e fundamentais são apócrifos ou de autoria não confirmada por perícia de iniciativa do próprio jornal". Ronan Tito sugere a abertura de inquérito policial para apurar "fortes indícios" de "falsidade ideológica".

Os documentos comprovariam as acusações do jornal contra o Cimi, que estaria envolvido em uma conspiração internacional para restringir a soberania nacional em áreas indígenas situadas na região amazônica. O relatório diz ainda que o jornal foi ludibriado em sua boa fé. Acrescenta que "O Estado de S. Paulo" divulgou "material de interesse jornalístico, mas de origem duvidosa e, certamente, elaborado com intuito escuso e práticas fraudulentas".

O jornal apresentou quatro documentos para sustentar as acusações: Diretriz nº 4 — Brasil ano zero, emitido pelo Conselho Mundial de Igrejas Cristãs; Diretriz nº 4 — Brasil ano 6, assinado por Antônio Brand (secretário-executivo do Cimi); Carta de Antônio Brand a G. Loebens e Digesto de reunião supostamente havida entre Mauro Rodrigues Nogueira, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Cimi e Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

Segundo Ronan Tito, a carta de Antônio Brand a G. Loebens não tem assinatura, apenas o nome A. Brand datilografado. O presidente do Cedi, bispo Paulo Ayres Mattos, em documento enviado à CMPI, afirma nunca ter participado da reunião que teria dado origem ao documento Digesto.

Outro documento apresentado pelo jornal, sob o título "Diretriz nº 4 — Brasil ano zero", está escrito em alemão e é atribuído ao Christian Church World Council (Conselho Mundial de Igrejas Cristãs). No rodapé do documento, várias entidades internacionais são citadas como integrantes do Conselho. Segundo o relator Ronan Tito, as várias entidades "foram veementes em negar qualquer relação com o Conselho e afirmaram desconhecerem sua existência".

Dentre as entidades citadas consta o Instituto Indigenista Interamericano, vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA). Em telex enviado aos senadores Ronan Tito e Severo Gomes (PMDB-São Paulo), o instituto nega ter "qualquer relação de dependência ou cooperação com o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs". O procedimento do instituto foi o mesmo das outras entidades citadas: Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas; Sobrevivência Internacional e Sobrevivência Cultural. Todas as entidades negaram ter relações ou mesmo conhecer o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs.

O documento "Diretriz nº 4 — Brasil ano 6", estaria, segundo o jornal "O Estado de S. Paulo", assinado pelo secretário-executivo do Cimi, Antônio Brand. O documento foi levado para ser examinado pelo perito criminalista Antônio Carlos Villanova, indicado pelo jornal. O perito concluiu que "não foi possível afirmar que assinatura lançada no documento questionado seja falsa ou autêntica".

O senador Ronan Tito, ligado à Igreja, afirmou ainda em seu relatório que "diante da inexistência de base documental idônea", ele sustenta "não terem fundamentos as denúncias que objetivaram a criação da CMPI".

Não exame do conteúdo provoca queixas

O presidente da Fundação Biblioteca do Desenvolvimento Econômico do Brasil, Mauro Rodrigues Nogueira, afirmou que forneceu os sessenta documentos ao jornal "O Estado de S. Paulo", dando origem as denúncias publicadas. Ele declarou que a CMPI não deveria estar preocupada em provar a autenticidade dos documentos utilizados pelo jornal. Segundo Mauro Nogueira, o mais importante seria investigar o conteúdo dos documentos. Ele afirmou que "se comprovado o conteúdo, os documentos estariam assinados automaticamente".

Nogueira acrescentou que remeteu os documentos ao jornal "O Estado de S. Paulo" por estar convicto de que "a Pátria está acima de tudo. Sou um patriota e não nacionalista. Nacionalista é um obtuso". Ele negou ainda que tenha vinculações com a empresa de mineração Paranapanema.

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, também advo-

gado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), afirmou ontem que "há indícios sérios de crime de falsidade" nos documentos apresentados pelo jornal "O Estado de S. Paulo" à Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que apura a denúncia da existência de uma conspiração internacional para restringir a soberania nacional em terras indígenas. Ele disse que o Cimi mandou periciar os documentos e, somente após o resultado, fará uma avaliação para definir qual a postura a assumir diante da questão.

Segundo ele, o documento que aparentava ter maior consistência — "Diretrizes nº 4 — Brasil ano 0" — ficou "desprovido de força" diante das declarações das entidades internacionais citadas no rodapé como integrantes negarem conhecer ou pertencer ao Conselho Mundial de Igrejas Cristãs. Thomaz Bastos afirmou que o senador Ronan Tito, relator da Comissão, "fez uma síntese perfeita da questão, principalmente em relação aos documentos, que são imprestáveis".

Índios xocós ameaçam reocupar fazendas

Os índios da tribo Xocó, que em agosto passado invadiram armados com arco, flecha e espingardas as fazendas Caiçara e Belém, localizadas no município de Porto da Folha (Sergipe), realizaram uma nova reunião na noite de anteontem e decidiram retornar à área (mas não disseram quando) até que a Funai apresente uma solução para o problema. Eles alegam ser proprietários legítimos da terra e possuem em mãos cópia de um documento enviado à tribo pelo imperador d. Pedro 2º, cujo original já se encontra no processo de desapropriação na própria Funai.

A informação foi dada ontem em Aracaju pelo coordenador regional para o Nordeste da União das Nações Indígenas,

Apolônio Xocó, que também denunciou o estado de miséria por que passa a tribo. Segundo ele, desde a última ocupação, os xocós estão proibidos de retirar argila das proximidades das fazendas para produzir objetos artesanais, a segunda maior fonte de renda da tribo — a primeira é a agricultura. Não foi definida ainda a data da retomada da área, mas deve acontecer até o final deste mês.

Segundo o superintendente da Funai em Alagoas, Felix Rocha, "o ambiente na região está tranquilo e esta notícia de invasão é inverídica". afirmou ainda que o advogado da Funai, Edmundo de Carvalho, seguiu ontem para a Procuradoria Geral da República em Aracaju em busca de uma solução do problema.